



29 de Março de 2010

Procedimento dos Défices Excessivos

(Versão corrigida em 1 de Abril de 2010)

1ª Notificação de 2010

Quadro 1 - Por lapso o valor que constava na linha da operação P51 FBCF, relativo a 2008, era o mesmo que constava no PDE de Outubro 09. O valor correcto é o constante nesta versão.

Procedimento dos Défices Excessivos

Nos termos dos Regulamentos comunitários, o INE envia hoje para o Eurostat a primeira notificação de 2010 relativa ao Procedimento dos Défices Excessivos. O quadro 1 da notificação, em baixo apresentado, sintetiza os principais resultados para o período 2006 a 2010.

Quadro 1: Reporte do défice e da dívida das Administrações Públicas e fornecimento de dados associados

Estado Membro: Portugal Dados em milhões de euros Data: 31/03/2010	Códigos SEC 95	Ano				
		2006 Final	2007 Final	2008 Final	2009 Provisório	2010 Previsto
Capacidade (+)/necessidade (-) líquida de financiamento	PDE B.9					
Administrações Públicas	S.13	-6 091,8	-4 218,1	-4 704,6	-15 425,6	-13 864,4
- Administração Central	S.1311	-6 715,6	-5 216,4	-5 645,8	-14 584,5	-14 124,4
- Administração Local	S.1313	40,6	- 131,8	- 314,8	-1 032,6	- 186,2
- Fundos de Segurança Social	S.1314	583,2	1 130,2	1 256,0	191,5	446,1
		Final	Final	Final	Provisório	Previsto
Dívida Bruta das Administrações Públicas (consolidada)						
Valor nominal no final do ano		100 522,0	103 702,0	110 376,6	125 909,5	142 916,2
<i>Por categoria</i>						
Moeda e depósitos	AF.2	13 013,2	13 678,9	12 925,3	12 288,0	
Títulos excepto acções, excluído derivados financeiros	AF.33	80 168,9	81 822,2	90 919,2	106 119,3	
Curto Prazo	AF.331	8 900,6	9 286,8	15 286,1	20 080,1	
Longo Prazo	AF.332	71 268,3	72 535,4	75 633,1	86 039,3	
Empréstimos	AF.4	7 339,9	8 200,9	6 532,1	7 502,1	
Curto Prazo	AF.41	2 524,9	3 050,6	1 168,9	1 308,2	
Longo Prazo	AF.42	4 815,0	5 150,3	5 363,2	6 193,9	
Despesa da Administração Pública em:						
Formação Bruta de Capital Fixo	P.51	3 695,9	3 761,9	3 773,2	3 979,8	4 481,6
Juros (consolidado)	PDE D.41	4 266,7	4 591,6	4 834,5	4 648,6	5 334,7
<i>p.m.: Juros (consolidado)</i>	D.41 (Empregos)	4 301,5	4 697,8	4 957,3	4 680,7	5 334,7
Produto Interno Bruto, a preços de mercado	B.1*g	155 446,2	163 051,5	166 462,6	163 891,4	166 421,6
<i>Por Memória:</i>						
Rácio Capacidade/necessidade líquida de financiamento no PIBpm		-3,9%	-2,6%	-2,8%	-9,4%	-8,3%
Rácio dívida Bruta das Administrações Públicas (consolidada) no PIBpm		64,7%	63,6%	66,3%	76,8%	85,9%

Esta notificação foi preparada no âmbito do Acordo de Cooperação Institucional no domínio das Estatísticas das Administrações Públicas celebrado em 2006. As estimativas relativas ao ano corrente são da responsabilidade do Ministério das Finanças.

Procedimento dos Défices Excessivos – Março 2010



Recenseamento Novembro 2009 a Maio 2010,

O INE realiza o Recenseamento Agrícola junto de todos os agricultores portugueses, com o objectivo de caracterizar as explorações agrícolas, a mão-de-obra e os sistemas de produção agrícola, bem como as medidas de protecção e melhoria do ambiente e da biodiversidade. A discussão da nova PAC em 2010 beneficiará dos resultados do RA 09.



Recorde-se que, nos termos do Regulamento (CE) n° 479/2009 do Conselho, as notificações iniciam um trabalho conjunto das autoridades estatísticas nacionais com o Eurostat o qual, no prazo de 3 semanas após a data limite de 1 de Abril, deverá apreciar as notificações e publicar os resultados finais para todos os Estados Membros.

Relativamente à notificação anterior do PDE (de Setembro de 2009) é apresentada a primeira estimativa de 2009 do saldo das Administrações Públicas (AP) apurado pelo INE. Em relação à notificação anterior, verifica-se uma revisão em alta em cerca de 248,5 milhões de euros da necessidade de financiamento das AP de 2008, o que corresponde a 0,15 pontos percentuais do Produto Interno Bruto (PIB), em consequência sobretudo da alteração da informação de base referente à Administração Regional e Local.

Como tem sido prática, procurando-se assegurar a consistência global do exercício, o PIB indicado já reflecte as alterações no consumo final das AP subjacentes à presente notificação. As Contas Trimestrais por Sector Institucional, referentes ao 4º trimestre de 2009, que serão publicadas no dia 31 de Março, integram esta informação e apresentarão detalhes adicionais.

Em anexo apresentam-se ainda os quadros 2,3 e 4 e um quadro suplementar que, na sequência da crise financeira, passou a constar da notificação.